

# Apresentação

O permanente desafio que a advocacia pública enfrenta para, rapidamente, propor o encaminhamento de novos temas, seja na elaboração de pareceres jurídicos, seja de peças judiciais, nos impõe o dever de olhar com afincamento uma das missões deste Centro de Estudos, que é a de difundir as reflexões, os trabalhos, o desenvolvimento de novas teses em defesa do Estado.

É com muita atenção que a Comissão Editorial seleciona os trabalhos recebidos para a elaboração da Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, que trazem importantes considerações a respeito de matéria ambiental, previdenciária, administrativa em geral, incluindo a questão do controle judicial sobre o ato discricionário, entre outras.

Esta edição tem uma peculiaridade: foram contempladas as palestras proferidas no 49º Curso de Atualização Jurídica, realizado no Guarujá, litoral de São Paulo, em setembro de 2013.

Na ocasião, os Procuradores contaram com o brilhantismo de vários juristas que palestraram a respeito de temas candentes no âmbito da advocacia pública.

Neste número, contamos com a transcrição de três importantes palestras: Mutações Constitucionais, proferida pelo Procurador Geral do Estado, Professor Elival da Silva Ramos; Arbitragem e Estado, do Professor paranaense Paulo Osternack Amaral; e Alguns Aspectos Fundamentais da Arbitragem Envolvendo a Administração Pública, do ilustre Desembargador Carlos Alberto de Salles. Aliás, deixo aqui registrados os nossos agradecimentos ao Oficial Administrativo da PGE, Wellington Fernandes Lima, bacharel em Direito, que, com todo o cuidado, transcreveu as palestras mencionadas, viabilizando a publicação dos respectivos textos.

Também merece destaque o trabalho do colega Daniel Smolentzov, apresentado na X Jornada Luso-Brasileira de Direito do Ambiente, em Lisboa, que traz importantes reflexões a respeito da legislação ambiental, especialmente sobre o novo Código Florestal.

Chamou a atenção da Comissão Editorial o trabalho apresentado pela colega aposentada, Carmen Cecília Codorniz Prado Leitão, que examina a situação do Estado, na qualidade de consumidor, nos contratos administrativos. O tema, na forma como apresentado, provoca uma reflexão interessante a respeito do assunto.

Assim é que, sempre com o intuito de formar a melhor doutrina de Direito Público, apresentamos mais este número da Revista da PGE.

**MARIÂNGELA SARRUBBO FRAGATA**  
*Procuradora do Estado Chefe do Centro de Estudos*